

A PESSOA IDOSA E O ESPAÇO PÚBLICO: A RELAÇÃO DO IDOSO COM A PRAÇA

Emmanuel Sá Resende Pedroso¹
Isabella Cristina Aquino de Souza²
Nívea de Fátima Scheffer Fernandes³

RESUMO

Nas últimas décadas, várias das cidades brasileiras de médio a grande porte tem passado por um processo de transformação de seus espaços urbanos que, em muitos casos, tem sido caracterizado pela perda de alguns referenciais urbanos, como edifícios e locais públicos. Dentre os últimos citados, encontra-se a praça, lugar com o qual muitas vezes o idoso atual manteve uma relação muito próxima ao longo da vida. Assim, diante da iminente perda de significado desses espaços públicos urbanos, a pessoa idosa surge como um possível agente de preservação desses lugares, haja vista os laços afetivos - de identidade e pertencimento - por ela estabelecidos com esses locais ao longo da vida. Sendo assim, este trabalho tem como objetivo geral atentar para a relação afetiva existente entre o idoso e a praça, o que torna essenciais não somente a preservação desse importante espaço público, mas também o incentivo e garantia de apropriação do mesmo pela população idosa. Para isso, foi utilizada a técnica a documentação indireta, de maneira a permitir uma revisão bibliográfica sobre os temas aqui tratados, sendo eles terceira idade, espaço público e apropriação. Uma vez abordados tais conceitos, foi possível realizar reflexões e ponderações sobre o afeto existente entre a pessoa idosa e a praça.

Palavras-chave: idoso, espaço público, praça, apropriação.

INTRODUÇÃO

Este trabalho possui como foco a relação do idoso com a praça. As transformações sofridas pela maioria das cidades de médio a grande porte brasileiras tem levado muitas delas à perda de referências urbanas, dentre elas as praças. Neste contexto, a pessoa idosa, por em muitos casos ter estabelecido com esses locais um laço afetivo - decorrente da vivência desses espaços, muitos deles cenários de várias situações ou passagens de sua vida - acaba por constituir um importante agente de preservação desses lugares. A manutenção das praças, pois, implica não somente não permanência do vínculo entre o idoso e o lugar, mas também a salvaguarda de parte importante da identidade da cidade. Logo, o objetivo geral deste trabalho é discorrer acerca deste elo afetivo do idoso com a praça, bem como da importância da

¹ Professor Doutor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, emmanuel.pedroso@arquitetura.ufjf.br

² Graduanda do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, bella.aquinos@gmail.com

³ Graduanda do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, niveascheffer@bol.com.br

manutenção dessa relação. Neste sentido, o presente estudo apresenta, além desta introdução, a metodologia adotada, os temas aqui tratados - terceira idade, espaço público e apropriação - as reflexões acerca da relação entre a pessoa idosa e a praça, as considerações finais e as referências bibliográficas.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do presente estudo, foi empregada a técnica da documentação indireta. A técnica da documentação indireta “é a fase da pesquisa realizada com intuito de recolher informações prévias sobre o campo de interesse” (MARCONI; LAKATOS, 2009, p. 176). O emprego de tal técnica neste trabalho permitiu a realização de uma revisão bibliográfica sobre os temas idoso, espaço público e apropriação.

DESENVOLVIMENTO

As reflexões propostas neste trabalho estão fundamentadas em três conceitos, sendo eles o idoso, o espaço público e a apropriação.

No que diz respeito à pessoa idosa, de acordo com a Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842 de Janeiro de 1994) e o Estatuto do Idoso (Lei nº10741 de 2003), o indivíduo é considerado idoso quando possui idade igual ou superior a 60 anos (BRASIL, 1994, 2003). Todavia, a definição desse conceito não deve ficar restrita ao caráter cronológico, exigindo a consideração de outras questões. Netto (2006, p. 10), por exemplo, aponta que ele “resulta do somatório de alterações orgânicas, funcionais e psicológicas próprias do envelhecimento normal”. No entanto, mesmo diante da complexidade do entendimento acerca do que é ser idoso, a diminuição da capacidade funcional da pessoa - segundo Freitas e Miranda (2013, p. 973), da “[...] aptidão do idoso para realizar determinada tarefa que lhe permita cuidar de si mesmo e ter uma vida independente” - constitui um fator atrelado ao processo de envelhecimento que deve ser destacado.

De acordo com Cotrim (2005, p. 8):

[...] o espaço público de uma cidade é formado pelo sistema de espaços públicos livres (ruas, praças, jardins, parques, praias, rios, mar) e pelos elementos morfológicos que são visíveis a partir desses espaços. Engloba por um lado, aquilo a que chamamos paisagem urbana, e por outro, as fachadas que formam uma interface entre espaço público e privado. O espaço público é composto, ordenado e mantido em função do seu uso e da sua percepção social. É o que podemos chamar espaço

(83) 3322.3222

contato@cieh.com.br

www.cieh.com.br

público ordenado, ou seja, concebido como um todo e contemplando tudo aquilo que o constitui desde o tratamento do solo à envolvente arquitetônica, mobiliário e equipamento urbano até à arborização urbana. O espaço público é, em boa medida, o suporte físico das redes de serviços, sistemas de transportes e comunicação do ambiente urbano. É nele que estas redes se materializam, têm uma presença física através de elementos concretos (caixas de registo, tampas de acesso, sumidouros, entradas de acesso ao metropolitano, sinalização, etc.).

Dentre os possíveis espaços públicos, o presente estudo adota como foco a praça.

A praça é o lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações da vida urbana e comunitária e, conseqüentemente, de funções estruturantes e arquiteturas significativas (LAMAS, 2000 apud DE ANGELIS, 2005, p.2).

A existência de um vínculo entre o indivíduo e o meio culmina na apropriação desse espaço, definida por Ittelson et al. (1974) como o controle da pessoa sobre o ambiente que, por sua vez, pode ser psicológico ou físico. Enquanto o controle psicológico remete à constituição do espaço pessoal, estabelecido por Sommer (1973, p. 33) como “[...] uma área com limites invisíveis que cercam o corpo da pessoa, e na qual os estranhos não podem entrar”, o controle físico, por sua vez, diz respeito à territorialidade e está relacionada à ocupação, personalização, marcação e defesa do território (STEA, 1978). Serpa (2007) ainda relata que a apropriação está relacionada à identidade e à afetividade.

A identidade está relacionada ao reconhecimento do próprio indivíduo. Nesse ponto, Ferrigno (2006, p. 12) afirma que:

a ideia de identidade nos remete a indagações de natureza filosófica e psicológica a respeito de quem somos, ou seja, de quais são nossas características, singularidades e idiosincrasias, que nos distinguem como indivíduos e também como membros de determinados grupos sociais. No primeiro caso, falamos de uma identidade pessoal, no segundo, de uma identidade social. A associação a grupos sociais mais próximos ou mais distantes, pequenos ou abrangentes, constrói nossa identidade, [...] No entanto, os limites semânticos que separam a ideia de identidade pessoal e de identidade social são imprecisos, exatamente porque não é possível pensar o indivíduo sem levar em conta a sociedade em que vive, assim como a reflexão sobre o social não prescinde da consideração sobre as atitudes e os comportamentos daqueles que a compõem. Podemos, então, falar de uma identidade psicossocial para nos referirmos a essa zona de intersecção, a essa fronteira. [...] O termo “identidade psicossocial” [...] chama-nos a atenção para uma área comum entre o indivíduo e o grupo e considera o trabalho individual na elaboração da identidade grupal, revelando, entre outros aspectos, os sentimentos de pertencimento ou de pertença a um determinado grupo [...]

A afetividade, por sua vez, pode ser descrita como o vínculo estabelecido entre o indivíduo e o lugar baseado, de acordo com Augé (1999) e Tuan (2012, 2013), na existência

de uma identidade comum. Assim, quando há um vínculo entre a pessoa e o espaço, este passa a ser considerado pelo indivíduo como lugar - segundo Duarte (2002), porção do espaço dotada de significado - e tem-se a topofilia, que diz respeito a “[...] todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material” (TUAN, 2012, p. 135-136).

Além disso, quando este ser se encontra na terceira idade, é preciso considerar a afirmação de Pedroso (2007) acerca da convergência existente entre os lugares do idoso e os espaços relacionados à identidade urbana, os lugares da cidade.

A relação ser humano/meio [...] encontra na pessoa idosa o ápice temporal do contato humano com o mundo. Enquanto o idoso carrega consigo a cultura e história de seu povo em sua memória (acumuladas por gerações e vivenciadas ao longo da vida), a cidade as materializa em suas formas e espaços, conformando e espacializando sua identidade (PEDROSO, 2007, p. 51).

O forte elo afetivo entre a pessoa idosa e o espaço público urbano, mais especificamente a praça, se baseia, dentre outros fatores, na existência de uma identidade comum, bem como de um elo afetivo. Logo, a apropriação resultante desse processo deve ser garantida e incentivada, de maneira a permitir a preservação de espaços que são lugares não somente para idoso, mas para toda a cidade.

RESULTADOS

Atualmente, é possível observar que muitas das cidades brasileiras, principalmente aquelas de médio e grande porte, enfrentam uma série de transformações em seu espaço urbano. Este processo, somado a questões como, por exemplo, a falta de condições de acesso e manutenção e a violência, tende a limitar o acesso às áreas livres e públicas, principalmente àquelas relacionadas ao lazer. Tal situação, por sua vez, culmina na procura por locais privados, como *shopping centers* - por aqueles que possuem recursos, sendo as pessoas com baixo poder aquisitivo alijadas desse encaminhamento - e no abandono de muitos espaços públicos. Entretanto, a população busca melhores condições de vida, o que indica que, mediante ações de incentivo à ocupação e apropriação de ruas, praças e parques, esse processo pode ser revertido.

No contexto relatado, a parcela idosa da população tende a sofrer os impactos da ausência de contato com os espaços públicos de maneira mais acentuada do que outras gerações. Além de não usufruir dos benefícios advindos da interação com áreas livres e com a

natureza, é negada ao idoso a oportunidade de vivenciar muitos dos lugares com os quais construiu uma relação afetiva ao longo da vida e, assim, de manter esses vínculos. Acerca das relações entre as transformações ocorridas no meio urbano e o envelhecimento populacional, Correa (2009, p. 96), afirma que:

certamente, as mudanças da cidade também foram vividas por aqueles que a habitaram, mas muitas vezes nota-se nos idosos a sensação de estranhamento e saudosismo frente às tantas alterações que aquele espaço sofreu. Em conversas com idosos, é comum ouvirmos relatos de histórias que utilizam referências antigas da cidade. Ao narrar um acontecimento, muitas vezes eles se reportam a ruas e casarões que não existem mais e cujas imagens, no entanto, se conservam na retina da memória. Tais mudanças atingem também as cidades.

Aqui fica evidente que as modificações pelas quais passam muitas das cidades brasileiras afetam não somente os espaços públicos mas edifícios e outras referências existentes no espaço urbano.

Todavia, esse processo de transformação urbana e conseqüente perda de significado dos espaços da cidade encontra um importante agente de resistência: o idoso, que traz em sua memória os lugares que vivenciou e com os quais hoje se identifica e que também carregam a identidade da cidade (PEDROSO, 2007). De acordo com Bosi (1987, p. 17), “na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado”. Logo, é de extrema importância que a apropriação desses espaços, sobretudo daqueles de caráter público, pela pessoa idosa seja mantida.

No entanto, juntamente à preservação dos laços afetivos da pessoa idosa com o espaço público urbano - no caso do presente estudo, a praça - cabe dizer que a estrutura física do lugar também interfere diretamente em sua apropriação. A partir do momento em que um local se mostra acessível, ele permite a realização de escolhas por parte do idoso e se mostra elegível à ser apropriado por ele.

A acessibilidade consiste na:

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015, p. 08).

A acessibilidade, por sua vez, é obtida a partir da eliminação de barreiras. Estas são [...] qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a

participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade [...] (BRASIL, 2015, s/p.). Em tempo, elas podem existir no espaço urbano; na arquitetura: nos transportes; nas comunicações e na informação; nas atitudes; ou nas tecnologias (BRASIL, 2015).

A promoção da acessibilidade nas praças e nos demais espaços públicos constitui condição básica para a manutenção do vínculo do idoso com esses lugares. Todavia, tal ação deve ser acompanhada pela melhoria das condições de segurança e pela conservação desses espaços.

A permanência da pessoa idosa nas praças representa uma forma de resistência contra o processo de perda da identidade dos espaços públicos urbanos, vigente em muitas cidades brasileiras. A partir, pois, da existência de espaços acessíveis e seguros e de uma continuidade da apropriação desses lugares pelo idoso, estarão reunidas condições para que as demais gerações - adultos e crianças - também possam construir relações afetivas com esses espaços públicos. Tal cenário vislumbrado, por sua vez, significa não somente o estancamento do processo relatado, mas também o retrocesso do mesmo e a consequente melhoria da qualidade de vida de toda a população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora parte considerável das cidades de médio a grande porte brasileiras passe por transformações no espaço urbano que, em muitos casos, acabam levando à perda de locais - edifícios e espaços públicos - importantes para seus habitantes, a compreensão do elo afetivo existente entre a parcela idosa da população e as praças constitui etapa fundamental na reversão desse processo. Uma vez viabilizado o contato do idoso com a praça e a apropriação desta por ele, será preenchida uma lacuna afetiva entre o indivíduo e a cidade, por vezes verificada na velhice, e sinalizada à população a importância da preservação dos laços afetivos não somente da pessoa idosa com os espaços públicos urbanos, em especial com a praça, mas também desses lugares com todos habitam a cidade.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. 2015. Rio de Janeiro, 2015.

- AUGÉ, Marc. **O sentido dos outros: atualidade da antropologia**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança dos velhos**. São Paulo: Edusp, 1987.
- BRASIL. Leis. Lei nº 10741, de 1 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 3 out. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm>. Acesso em: 22 fev. 2018.
- _____. Lei nº 8842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 jan. 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18842.htm>. Acesso em: 22 fev. 2018.
- _____. Leis. Lei nº 13146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 6 jul. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em: 22 fev. 2018.
- CORREA, Mariele Rodrigues. **Cartografias do envelhecimento na contemporaneidade: velhice e terceira idade**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.
- COTRIM, Gilberto. **História Global – Brasil e Geral** – volume único / 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingues et al. **Praças: História, Usos e Funções**. Editora da Universidade de Maringá – Fundamentaum (15), 2005.
- FERRIGNO, José Carlos. A identidade do jovem e a identidade do velho: questões contemporâneas. In: SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. **Velhices: reflexões contemporâneas**. São Paulo: SESC; PUC, 2006. p. 11-24.
- FREITAS, Elizabete Viana de, MIRANDA, Roberto Dishinger. Avaliação geriátrica ampla. In: FREITAS, Elizabete Viana de et al. **Tratado de geriatria e gerontologia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. p. 970-978.
- ITTELSON, William H. et al. **An introduction to Environmental Psychology**. New York: Holt, Rinehart and Winston, Inc., 1974.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- PEDROSO, Emmanuel Sá Resende. A memória do idoso e a identidade da cidade como referências na análise da apropriação formal/espacial do espaço urbano. 159 f. Dissertação

(Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Curso de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: . Acesso em: 30 de setembro, 2018.

SERPA, Angelo. **O Espaço Público na Cidade Contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SOMMER, Robert. **Espaço pessoal: as bases comportamentais de projetos e planejamentos**. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Ed. Pedagógica e Universitária Ltda., Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

STEA, David. Espacio, territorio y movimientos humanos. In: PROSHANSKY, Harold M.; ITTELSON, William H.; RIVLIN, Leanne G. **Psicologia ambiental: el hombre y su entorno físico**. Cidade do México: Trillas, 1978. p. 66-72.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução de Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2013.

_____. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Tradução de Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2012.